

TSE pode criar resolução voltada ao eleitor para as eleições de 2026

O Tribunal Superior Eleitoral estuda criar uma resolução específica voltada única e exclusivamente ao eleitor, com todas as disposições legais e regulamentares que sejam de seu interesse. A ideia é que o dispositivo seja utilizado nas eleições de 2026.

A sugestão é do ministro Nunes Marques, vice-presidente do TSE. O texto serviria para facilitar o acesso às informações de interesse, inclusive para quem é apoiador de determinado candidato ou colaborador da Justiça Eleitoral.

“A resolução do eleitor assim servirá para que ele compreenda seu papel no processo eleitoral, qual seja: o de protagonista”, disse o ministro, em palestra no Fórum Nacional VerDemocracia, organizado pelo TSE em Belém.

As resoluções servem para orientar os atores do processo eleitoral sobre os procedimentos previstos na Constituição e nas leis, conforme a interpretação dada pelo TSE nos julgamentos.

Resolução do eleitor

Desde 2019, algumas delas passaram a ser editadas em caráter permanente, sendo atualizadas a cada eleição para adequação. Esse procedimento passa por audiência pública e elaboração de minutas, que são votadas pelo Plenário do TSE.

Quem deve conduzir esse procedimento é o vice-presidente do tribunal, a partir de delegação feita pela presidência — o que ainda não ocorreu.

Em 2024, esse papel foi da então vice-presidente Cármen Lúcia, que conduziu o tribunal a **mudanças relevantes**, como as **normas destinadas a evitar impacto negativo da inteligência artificial** e dos *deep fakes* e a criação de uma resolução específica para ilícitos eleitorais.

Naquele ano, o tribunal ainda promoveu uma melhor delimitação do **uso do poder de polícia pelos juízes eleitorais**, tema que gerou **muitas críticas durante as eleições de 2022**.

De olho em 2026

Para as eleições de 2026, o que pode provocar mudanças nas resoluções do TSE é a aprovação do **PLP 112/2021**, que institui um novo Código Eleitoral no Brasil. O projeto ainda precisa ser votado no Senado e na Câmara.

O prazo para os parlamentares é exíguo porque, para ter efeito no próximo pleito, ele precisa ser sancionado até 3 de outubro, ou seja, a pelo menos um ano das eleições.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-set-19/tse-pode-criar-resolucao-especifica-do-eleitor-para-as-eleicoes-de-2026/>

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Nunes Marques deve ser o relator das instruções para alterar normativas no TSE